

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

UMA ANÁLISE DO SUBDESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO
DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para aprovação na disciplina CNM 5420 - Monografia.

Por: **JOSÉ CARLOS FAUSTA**

Orientador: Prof. Dr. Gilberto Montibeller Filho

Área de Pesquisa: Desenvolvimento Econômico

(Trabalho realizado no âmbito do Núcleo de Desenvolvimento Regional - NUDER)

Palavra-chavê: 1. Desenvolvimento

2. Subdesenvolvimento

3. São Pedro de Alcântara

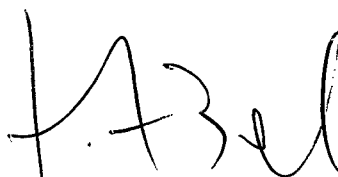
Florianópolis, julho de 2000

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota: 10,0 (dez) ao aluno **JOSÉ CARLOS FAUSTA**
na disciplina CNM 5420 - Monografia, pela apresentação deste trabalho.

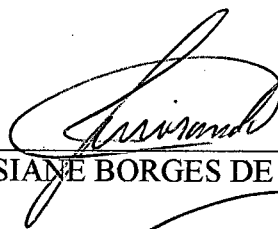
Banca Examinadora:

Presidente



Prof. Dr. GILBERTO MONTIBELLER FILHO

Membro:



Prof.ª JOSIANE BORGES DE MIRANDA

Membro:



Prof. FRANCISCO MELO DE AQUINO

AGRADECIMENTOS

A Deus que está sobre todas as coisas, o amigo fiel e presente, pelo dom da vida, pelas graças recebidas e pela vontade de buscar sempre mais.

Aos meus queridos pai e mãe com saudades... que com seu exemplo me ensinaram a lutar, com determinação e perseverança, pela conquista de um ideal, sem o qual o ser humano não tem razão de ser.

A Hilca companheira e amiga, pelo incentivo, pelo apoio em todos os momentos, e por tudo o que significa para mim.

Ao Professor Dr. Gilberto Montibeller Filho, pela sua orientação, por sua atenção e boa vontade, que muito contribuiu para a realização deste trabalho.

Aos amigos Hamilton J. Ramos e João P. Isoppo e colegas, que direta ou indiretamente, me ajudaram durante toda a caminhada desse curso e pela solidariedade.

Ao Sr. Ademir José Dechamps, vice-prefeito de São Pedro de Alcântara, pelo farto material de pesquisa que colocou a nossa disposição.

Aos professores do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina que pelo dinamismo e dedicação, possibilitaram a realização desse curso.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	iii
LISTA DE FIGURAS.....	vi
LISTA DE GRÁFICOS.....	vii
LISTA DE SIGLAS.....	viii
LISTA DE TABELAS	ix
RESUMO.....	x
 Capítulo 1	
INTRODUÇÃO	01
1.1 Objetivo Geral	03
1.2 Objetivos Específicos	03
1.3 Metodologia	04
 Capítulo 2	
CONCEITOS E TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	05
2.1 Considerações Gerais	05
2.2 Conceitos.....	06
2.3 Teorias do Desenvolvimento.....	08
2.3.1 Teoria clássica (Smith e Ricardo).....	08
2.3.2 Teoria schumpeteriana do desenvolvimento	11
2.3.3 Teoria cepalina do desenvolvimento	12
2.4 Desenvolvimento Sustentável	13
2.5 Subdesenvolvimento	14
2.5.1 Estrutura	17
2.5.2 Estrangulamento da economia.....	19

Capítulo 3

ESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA..	21
3.1 Aspectos Geográficos.....	22
3.2 Povoamento e Colonização de São Pedro de Alcântara	24
3.3 A Imigração Européia para o Sul do Brasil.....	25
3.4 São Pedro de Alcântara como Colônia	26
3.5 A Estagnação Sócio-Econômica de São Pedro de Alcântara.....	28

Capítulo 4

SUBDESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DE S. PEDRO DE ALCÂNTARA..	32
4.1 Indicadores.....	32
4.1.1 Composição dos indicadores.....	33
4.1.2 Índice de condições de eficiência	34
4.2 Evolução da População.....	35
4.3 Indicador de Saúde.....	39
4.4 Indicador de Educação.....	40
4.5 Aspectos Econômicos.....	42
4.6 São Pedro de Alcântara e Economia Catarinense - 1985/1997	44
4.7 Comparação do Desenvolvimento da Região de São Pedro de Alcântara com a Região de Blumenau.....	47
4.7.1 Fatores geográficos e populacionais.....	47
4.7.2 Fatores econômicos	48
4.7.3 Fatores étnicos, culturais e religiosos	49
4.8 Análise do Subdesenvolvimento de São Pedro de Alcântara	51
CONCLUSÃO	55
BIBLIOGRAFIA	58

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização espacial do município de São Pedro de Alcântara.....	22
Figura 2 - Vista espacial de São Pedro de Alcântara	23
Figura 3 - Mapas das vias de ligação	24

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do PIB catarinense em bilhões de reais	45
Gráfico 2 - Evolução da estrutura do PIB catarinense (Participação % dos setores).....	45

LISTA DE SIGLAS

BESC	- Banco do Estado de Santa Catarina.
CEASA	- Central de Abastecimento do Estado de Santa Catarina.
CEPAL	- Comissão Econômica para América Latina e Caribe.
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
ICE	- Índice de Condições de Eficiência.
ICEPA/SC	- Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina.
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPTU	- Imposto Predial Territorial Urbano.
ISS	- Imposto Sobre Serviço.
ITBI	- Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis.
IVV	- Imposto sobre Venda a Varejo.
PIB	- Produto Interno Bruto.
SDEIM/SC	- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao MERCOSUL/Santa Catarina.
SDM/SC	- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Santa Catarina.
SEBRAE/SC	- Serviço de Apoio a Micro, Pequena e Média Empresas de Santa Catarina.
SNCR	- Sistema Nacional de Cadastro Rural.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Ranking dos municípios da região da Grande Florianópolis.....	35
Tabela 2 - População de São Pedro de Alcântara no período de 1830 a 1872	36
Tabela 3 - População de São Pedro de Alcântara, partir de 1970	36
Tabela 4 - Distribuição da população em 1970 e 1996	37
Tabela 5 - Nascidos vivos e taxa de mortalidade infantil -1996	39
Tabela 6 - População alfabetizada, por faixa-etária - São Pedro de Alcântara - 1997.....	40
Tabela 7 - Estabelecimentos de ensino em 1997.....	41
Tabela 8 - Ensino de 1º Grau – Dados gerais em 1997	41
Tabela 9 - Ensino de 2º Grau – Dados gerais em 1997	41
Tabela 10 - Propriedades Rurais e Empresas - participação por setor e gênero	42
Tabela 11 - Distribuição das propriedades rurais do município de São Pedro de Alcântara em 2000	43
Tabela 12 - Produção Animal - São Pedro de Alcântara - 1997	43
Tabela 13 - Produtos de Origem Animal - São Pedro de Alcântara - 1997.....	43
Tabela 14 - Produção Agrícola - Safra 1998/99*	44
Tabela 15 - Produto Interno Bruto – PIB.....	44
Tabela 16 - Renda média mensal dos chefes de domicílio de São Pedro de Alcântara e municípios vizinhos - 1991	46

RESUMO

No presente trabalho, pretende-se identificar as causas ou fatores que levaram a economia do município de São Pedro de Alcântara à estagnação e ao subdesenvolvimento num período de quase dois séculos. Inicialmente, buscou-se fundamentar o estudo em conceitos e teorias da economia do desenvolvimento, sendo selecionados aquelas que se mostraram mais relevantes para atender aos objetivos propostos. Num segundo momento, procurou-se descrever a estruturação econômica e social da comunidade, colocando em evidência: aspectos geográficos, a colonização da região e o início da imigração européia para o sul do Brasil, bem como, a primeira colônia de imigrantes alemães no estado de Santa Catarina e a observação dos primeiros fatores de estagnação sócio-econômica. Mostra-se alguns indicadores de desenvolvimento econômico e social, acompanhados de gráficos e tabelas, os quais permitem uma comparação da situação econômica e social de São Pedro de Alcântara com a do Estado, também com alguns municípios vizinhos. Ainda, com o objetivo de buscar explicações para o estado de estagnação da região pesquisada traçou-se um paralelo com uma congênere em termos de colonização européia (Blumenau). Finalmente, na conclusão procura-se destacar os aspectos principais que em grande parte respondem pelo subdesenvolvimento do município de São Pedro de Alcântara e apontar algumas possíveis estratégias de desenvolvimento.

Palavra-chave: 1. Desenvolvimento
2. Subdesenvolvimento
3. São Pedro de Alcântara

Capítulo 1

INTRODUÇÃO

A minimização das disparidades no processo de desenvolvimento econômico entre as nações tem sido uma busca constante por parte dos países subdesenvolvidos, devido aos grandes problemas que enfrentam, tanto sociais quanto políticos, notadamente após a Segunda Guerra Mundial.

Esse fato transformou-se em um marco dos processos sociais internacionais nos diversos níveis, em consequência das mudanças de supremacia, no mercado mundial, das empresas européias para o modelo norte-americano e da nova classificação dos países, desenvolvidos e subdesenvolvidos, avaliados a partir de seus ritmos de industrialização e mensurados através do Produto Interno Bruto (PIB).

Mais recentemente, a criação de um novo paradigma - desenvolvimento econômico e social sustentável - passou também a ser causa de preocupação mundial. O modelo de desenvolvimento vigente não se tem mostrado nem um pouco apreensivo com as gerações futuras, quando da utilização dos recursos naturais de forma predatória. Dado o nível de interdependência entre as economias, um país não pode deixar de dar atenção aos problemas econômicos e sociais dos outros países. A esse respeito, Baldwin (1979: 7) disse o seguinte: “Condições econômicas externas tais como secas, depressões, e esgotamento de recursos também estão se tornando cada vez mais importantes para todas as nações devido a seu impacto nas quantidades e preços das mercadorias comercializadas internacionalmente”.

A proposta do presente trabalho é tentar encontrar, através de teorias sobre desenvolvimento econômico de importantes analistas, que têm procurado adaptá-las às condições particulares dos países (ou regiões) subdesenvolvidos econômica e socialmente; uma explicação das causas da estagnação do desenvolvimento econômico do município de São Pedro de Alcântara, integrante da região da Grande Florianópolis, tomando-se como referência os conceitos de desenvolvimento econômico e social, desenvolvimento sustentável e subdesenvolvimento.

São Pedro de Alcântara, primeiro núcleo de colonização de imigrantes de origem germânica no estado de Santa Catarina, que deu origem a várias outras colônias, foi fundado no ano de 1829, como parte da política estratégica do Governo Imperial para o sul do País, cujos objetivos eram povoar áreas de florestas (eliminação de vazios demográficos) com pequenos proprietários agricultores, assegurando, assim, o futuro da agricultura e, principalmente, estabelecer uma via de comunicação entre o litoral e o planalto serrano, mais especificamente, a ligação entre a capital Desterro e a vila de Lajes.

A economia desse município, quando comparada com a dos demais municípios do estado de Santa Catarina, principalmente com a de seus vizinhos: Antônio Carlos, Angelina, Rancho Queimado, Águas Mornas, Santo Amaro da Imperatriz, Palhoça e São José, município do qual fora distrito até o ano de 1994, é considerada fraca e inexpressiva.

Sua estrutura econômica poderia ser colocada em uma breve descrição, por constituir-se, no setor primário: uma produção agrícola composta de produtos hortifrutigranjeiros; no setor secundário, um pequeno número de indústrias no ramo tradicional de madeira e da produção de cachaça e, por último, no setor terciário um incipiente comércio e serviços.

A relevância da pesquisa, de modo geral, dá-se em função da falta de trabalhos acadêmicos, referentes a este município, relacionados aos aspectos econômicos e sociais.

Os poucos trabalhos encontrados são mais de caráter histórico e eivados de paixão, ou seja, bastante tendenciosos, não apresentando nenhuma evidência científica.

A amplitude do trabalho tem como marco inicial o ano de 1970 e se estende até a emancipação política, do município, no final da década de 90. Com isso, pretende-se prestar uma contribuição à comunidade de São Pedro de Alcântara, fornecendo a outros pesquisadores que, posteriormente, vierem a se interessar pelo assunto, uma fonte de consulta (ou mesmo contestar o que ora está sendo apresentado), principalmente para futuros planejamentos municipais de caráter econômico e social.

1.1 Objetivo Geral

Analisar a evolução sócio-econômica do município de São Pedro de Alcântara, a partir do ano de 1970, tendo como referência os conceitos de desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável e subdesenvolvimento.

1.2 Objetivos Específicos

- Identificar os tipos de atividades econômicas do município, desde o período de sua colonização e sua evolução através do tempo, bem como, seu potencial não explorado.
- Identificar os principais fatores causadores da estagnação econômica do município.

1.3 Metodologia

A elaboração da pesquisa baseou-se em dados secundários, obtidos através da composição bibliográfica sobre o tema.

Para atender aos objetivos propostos, fez-se um levantamento da estrutura econômica do município e análise de sua evolução, confrontando-se dados de anos anteriores com outros atuais, a partir de dados secundários obtidos junto às Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao MERCOSUL/SC (SDEIM/SC), Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente/SC (SDM/SC), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Prefeitura Municipal de São José¹, assim como o estudo do Plano de Desenvolvimento do Município, elaborado pelo Serviço de Apoio às Micro, Pequena e Média Empresas de Santa Catarina (SEBRAE/SC), editado em dezembro de 1998.

Como instrumental analítico, empregou-se teorias de desenvolvimento, especificamente, as de Joseph Schumpeter e Celso Furtado, este último para compreender as origens do subdesenvolvimento da sociedade considerada e Schumpeter para vislumbrar estratégias de desenvolvimento.

No capítulo 1, faz-se uma introdução apresentando os objetivos gerais e específicos, bem como a determinação da amplitude do trabalho; no capítulo 2, busca-se evidenciar vários conceitos e teorias do desenvolvimento e subdesenvolvimento; no capítulo 3, apresenta-se a estruturação econômica e social da comunidade estudada; no capítulo 4, através dos indicadores de desenvolvimento procura-se explicar a realidade da comunidade, fazendo-se uma análise comparativa entre a evolução desta com a região e o estado. Também faz-se uma análise comparativa com uma sociedade congênere no que tange ao tipo de colonização (Blumenau) buscando identificar fatores comuns que possam explicar o desenvolvimento de uma e o subdesenvolvimento da outra.

¹ São Pedro de Alcântara foi Distrito do município de São José até o ano de 1994.

Capítulo 2

CONCEITOS E TEORIAS

DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

2.1 Considerações Gerais

As teorias do desenvolvimento econômico procuram analisar de que forma se dá este processo, o que o provoca, bem como investigam sua tendência com relação ao futuro. Ou, como na concepção clássica: “trata de explicar, numa perspectiva macroeconômica, as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade do fator trabalho e suas repercussões na produção e na forma como se distribui e utiliza o produto social” (Furtado, 1977: 3).

Os primeiros estudos sobre o desenvolvimento econômico tinham como prática universalmente aceita, para a determinação do grau de desenvolvimento de um determinado país, comparar seu produto real e a renda real per capita com os de outros países plenamente desenvolvidos. A simplicidade desse método impunha sérias limitações às análises, por isso esse foi sendo gradativamente abandonado. As teorias atuais têm em conta que o desenvolvimento é um processo social global (econômico, político, social e ambiental). O que se pretende, nesta parte do trabalho, além da conceituação, é expor como essas teorias desenvolveram-se através das diferentes correntes do pensamento econômico.

2.2 Conceitos

A definição de Sandroni (1994: 95), assim sintetiza as idéias da corrente de pensadores desenvolvimentista: “Desenvolvimento econômico: crescimento econômico (aumento do Produto Interno Bruto - PIB - per capita) acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia”.

Mas, como todos os temas passíveis de controvérsia, o desenvolvimento econômico é caracterizado pela falta de consenso em torno de um conceito de aceitação universal, surgindo, assim, duas correntes de conceituação: a que considera desenvolvimento econômico e crescimento econômico como sinônimos um do outro e aquela que faz a distinção entre os dois fenômenos.

A respeito da primeira corrente, Meyer e Baldwin dizem o seguinte: “Há uma tendência de se usar os termos desenvolvimento econômico, crescimento econômico e transformação secular indistintamente. Embora seja possível traçar sutis distinções entre estes termos, em sua essência eles são sinônimos” (apud Singer, 1982: 21).

Por outro lado, a respeito da segunda corrente, R. Barre, argumenta: “a nosso ver o estudo do desenvolvimento econômico não se confundirá com o estudo dos crescimentos equilibrados numa economia capitalista evoluída” (apud Singer, 1982: 25).

Assim, ao analisar e tentar conceituar desenvolvimento econômico, sob o ponto de vista de vários especialistas, encontrar-se-ão, com certeza, inúmeras dificuldades para focalizar um conceito que contemple plenamente o objetivo do presente trabalho.

Singer (1982: 35), ao criticar os métodos de análise do desenvolvimento de R. Barre e Cannagé, conceitua desenvolvimento como sendo

o processo de passagem de uma Economia Colonial para outra diferente, capitalista ou centralmente planificada, nas condições históricas do mundo contemporâneo. Isto significa que não consideramos desenvolvimento o processo de Revolução Industrial que se deu no século XVIII e na primeira metade do século XIX, mesmo que seu ponto de partida tenha sido a Economia Colonial.

Desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se autônomo e automático. (...) Se o desenvolvimento econômico não trazer consigo modificações de caráter social e político; se o desenvolvimento social e político não for a um tempo o resultado e causa de transformações, será porque de fato não tivemos desenvolvimento. (Pereira, 1987:19)

No desenvolvimento econômico, em se tratando de um sistema, suas partes são interdependentes, por isso, esse processo envolve as mais diferentes esferas das relações econômicas, tais como sinônimo de crescimento que vise à melhoria social e à necessidade de se proteger o meio ambiente, para que haja a manutenção de recursos naturais para as gerações futuras, minimize a degradação ambiental e não esgote as potencialidades existentes na atualidade.

O Relatório do Banco Mundial de 1992, conceituou desenvolvimento “é aumentar o bem-estar das pessoas. A melhoria do padrão de vida, da educação, da saúde e igualdade de oportunidades - tudo isso é essencial no desenvolvimento econômico. A garantia dos direitos políticos e individuais é uma meta desenvolvimentista mais ampla” (Revista Finanças & Desenvolvimento, 1996).

Souza (1993:17) diz: “Desenvolvimento econômico se define, portanto, pela existência de crescimento econômico contínuo em ritmo superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos e sociais per capita”. Esse é um fenômeno que ocorre em longo prazo, que tem como consequência o fortalecimento da economia de mercado, bem como, o aumento geral da produtividade.

Segundo Furtado (1979) o desenvolvimento tem lugar mediante o aumento de produtividade no conjunto econômico, apesar desse aumento de produtividade ocorrer em setores particulares. Explica, ainda, que as modificações na estrutura são transformações nas relações internas do sistema econômico, as quais têm como causa básica modificações na distribuição e utilização da renda.

2.3 Teorias do Desenvolvimento

2.3.1 Teoria clássica (Smith e Ricardo)

Smith, na busca de identificar as causas do crescimento econômico nacional, observou que a taxa de lucro positiva, como resultado da divisão social do trabalho, é fator importante no desenvolvimento. Partindo do pressuposto da existência de um investimento inicial, esse lucro leva à formação de poupança, a qual transforma-se em novo investimento, elevando a oferta de trabalho produtivo. Haverá, em consequência desse reinvestimento, rendimentos crescentes, devido à contínua ampliação da escala das firmas.

Tais rendimentos crescentes ocorrerão até o surgimento do *estado estacionário*² da economia (estágio em que esgotadas as possibilidades de crescimento, cessa a acumulação de capital, deixando de crescer). É o momento em que a população e a renda encontram-se em seu ponto de máximo.

Para ele, Smith, o aumento do produto anual depende da divisão do trabalho, do aumento do estoque de capital e da maior quantidade de trabalhadores produtivos contratados. O emprego de máquinas na produção permite ao trabalhador produzir mais em menos tempo. Com o aumento da produção, efetuadas as trocas para atender as necessidades individuais de consumo, sobram excedentes a serem exportados. Dado que nenhum trabalhador é auto-suficiente para produzir todos os bens para seu consumo e também porque certos produtos exigem habilidades especiais nas suas confecções é que se deu a especialização dos trabalhadores, originando-se daí a divisão do trabalho. Assim, cada trabalhador produz o bem para cuja criação possui maior facilidade, adquirindo de outrem aqueles produtos que fogem a sua especialidade. “O princípio que dá origem à divisão do trabalho é a propensão humana à troca” (Souza, 1995:53).

²Grifo original.

Porém, há restrições à divisão do trabalho e uma delas é a dimensão do mercado. Se os mercados são muito pequenos, não há demanda suficiente para as mercadorias produzidas em massa. Assim, para sua manutenção, é necessária a expansão dos mercados, não somente a dos internos, mas além-fronteiras, ou seja, a dos mercados externos. Outra restrição é a capacidade de acumular capital, pois depende da boa vontade das pessoas em renunciarem ao prazer de consumir toda sua renda e empregar seus recursos produtivos na produção de bem de capital.

Quanto à teoria de Ricardo, os elementos principais são os que seguem.

As crescentes dificuldades encontradas pela agricultura em produzir alimentos suficientes e baratos para atender a uma população em expansão, formam a teoria do desenvolvimento de David Ricardo, aqui apresentada de forma sintetizada. Esta, apoia-se nas seguintes teorias parciais:

- teoria dos salários;
- teoria da renda diferencial da terra; e
- teoria do lucro.

Na visão de desenvolvimento desse analista, segundo Montibeller (1999) existem três grupos econômicos fundamentais no processo: capitalistas, trabalhadores e proprietários de terras. Os primeiros são os que, através da poupança de seus lucros, dirigem e iniciam o processo de desenvolvimento, prosseguindo assim, enquanto o lucro for positivo. O segundo, o grupo dos trabalhadores, entra no processo fornecendo apenas a mão-de-obra e o terceiro grupo é o dos proprietários das terras que arrendam seu uso.

Teoria da renda diferencial da terra

Segundo a teoria ricardiana, dada a necessidade da produção adicional de alimentos para atender a demanda causada pelo crescimento demográfico e esgotamento da

disponibilidade de terras férteis, os capitalistas passam a cultivar terras de qualidade inferior. Com a menor fertilidade do solo, para obter o mesmo volume de produção de uma terra de qualidade superior, exige-se investimento de mais capital - em adubos, fertilizantes, máquinas e equipamentos - e maior quantidade de mão-de-obra, o que implica em maior custo de produção.

Tendo em vista que os preços de mercado dos produtos são fixados com base nas condições de produção das terras de qualidade inferior, ocorre uma elevação dos preços dos alimentos. A diferença dos custos de produção entre terras de qualidade superior e terras de qualidade inferior, e levando-se em conta que o preço de comercialização do produto é dado em função das condições de produção destas últimas, tal diferença corresponde à renda diferencial da terra, o que beneficia os proprietários de terras mais férteis. A esse respeito, assim se manifestou Souza (1995:58): “À medida que terras de qualidade inferior e mais distantes dos mercados vão sendo utilizadas, as terras mais férteis e mais próximas tornam-se mais valorizadas; essa valorização adicional transforma-se em renda fundiária, embolsada pelos proprietários das terras mais férteis”.

Teoria do Lucro

Segundo essa teoria, como os proprietários de terras e os trabalhadores consomem toda sua renda, cabe aos capitalistas alavancar o processo de crescimento da economia. Com o fundo de investimento, formado com seus lucros, os capitalistas ampliam a produção, contratando mais mão-de-obra e adquirindo máquinas e equipamentos adicionais. Isso eleva o Preço Natural do Trabalho a um patamar acima do nível de subsistência, mesmo que por um curto período, resultando num aumento da força de trabalho, devido à queda na taxa de mortalidade.

2.3.2 Teoria schumpeteriana do desenvolvimento

Para Schumpeter (1982) existe um fluxo circular, uma economia sem desenvolvimento, onde a situação de equilíbrio geral no processo de produção, ou seja, a economia vive uma rotina contínua. As mudanças marginais que ocorrem no mercado são corrigidas com pequenos ajustes das variáveis econômicas, como esta observação de Souza (1995:111) “Dados os preços de mercado, os consumidores e as firmas ajustam as quantidades demandadas e ofertadas”. Nesse sistema não há preocupação com os salários e nem com a demanda efetiva, pois os gostos e preferências dos consumidores não são levados em consideração. Os investimentos e o crescimento econômico dá-se na medida para atender a demanda do crescimento demográfico.

Porém, esta não é a teoria schumpeteriana do desenvolvimento econômico. Para ele há desenvolvimento quando ocorrem mudanças que causam desequilíbrio na economia e altera o fluxo circular original, alternando períodos de expansão com períodos de depressão. Para tanto este analista formulou a teoria do empresário inovador. Esse agente, o empresário, na visão de Schumpeter, é o elemento fundamental no desenvolvimento econômico devido sua capacidade de criar novas formas de produzir, combinar insumos e habilidades na criação de novos produtos com qualidade superior e menor custos.

Nessa teoria, o empresário não é nem capitalista e nem proprietário de meios de produção, é um inovador, aquele que tem o projeto e que para executá-lo necessita contar com a colaboração de mais dois agentes, também de fundamental importância no processo de desenvolvimento, que são: o banqueiro e o proprietário dos meios de produção; o primeiro fornece os meios de pagamento com os quais o empresário pode adquirir os insumos, e o segundo cede os meios de produção (terra, máquinas, equipamentos e outros).

Com relação ao crédito temos que: “Concedendo crédito, o banqueiro permite ao empresário adotar novas combinações e gerar lucros”.(...) “A geração de lucro puro estimula novos investimentos, dando margem ao surgimento de novas fontes de lucro”(Souza, 1995:112).

2.3.3 Teoria cepalina do desenvolvimento

A primeira teoria analisada pela CEPAL, através do economista argentino Raul Prebisch, visando sua aplicação em países da América Latina, foi a teoria das vantagens comparativas, pela qual esses deveriam se especializarem na produção de alimentos e matérias-primas destinadas à exportações e importarem produtos manufaturados, dos países industrializados.

Assim, era pressuposto que as inovações tecnológicas criadas nos países industrializados incorporadas nos produtos importados pelos países subdesenvolvidos, se difundissem, nestes, através de menores preços dos produtos manufaturados. O aumento da demanda por matérias-primas em conseqüências do crescimento da renda nos países industrializados, elevariam os preços das matérias-primas. Essa melhoria nos termos de intercâmbio, favorável aos exploradores de produtos primários, era considerada condições básicas para o desenvolvimento desses países, mesmo sem industrialização.

As duras críticas feitas a esse padrão de desenvolvimento levaram Prebisch a propor a industrialização como forma de desenvolvimento capaz de tirar a América Latina da condição de periferia. Para isso seria fundamental a transformação das estruturas econômicas e sociais, tais como a reforma agrária, melhoria na distribuição de renda e a substituição de importação, caracterizando-se como uma economia fechada e com forte intervenção estatal regulando a economia.

2.4 Desenvolvimento Sustentável

Por se tratar de um novo paradigma, existe na literatura acadêmica uma gama de conceitos para o tema desenvolvimento sustentável. De acordo com Bellia (1996:49), dentre essa diversidade de definições para o assunto, onde cada pesquisador constrói seu próprio conceito ou procura adaptar os existentes, segundo suas necessidades, dois destes, em sua opinião são melhores formulados: o de Goodland (1989), onde “Desenvolvimento: é o padrão das transformações econômicas, sociais e estruturais, através da melhoria qualitativa do equilíbrio relativo ao meio ambiente”, e o de R. Barre, que diz: “desenvolvimento sustentável - é o desenvolvimento requerido para obter a satisfação duradoura das necessidades humanas e o crescimento (melhoria) da qualidade da vida”.

Segundo Montibeller (1999)³, o conceito de Desenvolvimento Sustentável foi introduzido por Maurice Strong, Secretário-Geral da Conferência de Estocolmo-72, significando que o desenvolvimento de um país ou região depende de suas características próprias, ou seja, de sua situação geográfica, sua extensão territorial, sua população, sua cultura e de seus recursos naturais e de ter independência de fatores externos.

Ainda, para o mesmo autor, em outro trabalho⁴, esse novo modelo de desenvolvimento traz em seu bojo, como características fundamentais, duas preocupações: a da responsabilidade do suprimento das necessidades básicas da sociedade e a capacidade de suporte para garantir, às gerações futuras, recursos do meio ambiente que lhes proporcione bem-estar. O resultado sugerido por essas características é a criação de normas reguladoras do consumo material, ou seja, utilização de forma racional dos recursos

³O Mito do Desenvolvimento Sustentável - Tese de Doutorado - UFSC, Florianópolis, SC, 1999.

⁴Economia Ecológica e Desenvolvimento Sustentável - Textos Sócio-econômicos nº 3 - Departamento de Ciências Econômicas/UFSC. 1999.

naturais para que não haja degradação do meio ambiente. “Assim, o desenvolvimento sustentável surge para a economia ambiental como o paradigma capaz de dar conta da qualidade de vida da população, sem comprometimento ambiental” (Montibeller 1999:13).

2.5 Subdesenvolvimento

O termo “subdesenvolvimento” passou a figurar na literatura acadêmica após a Segunda Guerra Mundial, quando da emergência política de alguns países colonizados da Ásia, da África e da América Latina. Significa que um país assim classificado tem uma situação de inferioridade no sistema econômico e social, quando comparado aos padrões econômicos das nações ditas desenvolvidas (industrializadas).

O grau de subdesenvolvimento de um país ou de uma região pode ser verificado de várias maneiras, empregando-se critérios diversos de julgamento.

Um país subdesenvolvido, de uma maneira geral, é caracterizado por apresentar uma baixa renda per capita (como consequência de um maior crescimento demográfico em relação ao crescimento econômico), grande dependência da exportação de produtos primários pouco diversificados, altos índices de desemprego e subemprego (emprego informal), acentuado subconsumo, índice de poupança muito reduzido e concentrado, forte participação na pauta de importação de produtos industrializados, bem como, da tecnologia e de capitais estrangeiros.

Quando a produtividade é muito baixa, a satisfação das necessidades fundamentais da população absorve uma elevada proporção da capacidade produtiva. Em economias muito atrasadas se observa, por exemplo, que 80 ou mais por cento da população ativa trabalham para satisfazer as necessidades de subsistência da coletividade. A um nível assim tão baixo de produtividade o excedente disponível para satisfazer formas diferentes de consumo ou cobrir inversões é extremamente reduzido ou praticamente nulo. (Furtado, 1961, p. 93)

A classificação das nações em países desenvolvidos e países subdesenvolvidos ocorre em função de certos elementos diferenciadores e pode ser constatada, de certa forma, através do uso de inúmeros indicadores, porém para uma análise mais acurada da situação desses países faz-se necessário o exame isolado de cada caso, pois há discrepância marcante entre os grupos desses países. Por exemplo, podemos citar como principais diferenciadores:

- a) renda per capita,
- b) crescimento econômico,
- c) tamanho do país,
- d) densidade demográfica,
- e) recursos naturais,
- f) papel do Estado,
- g) influência do capital estrangeiro e comércio exterior, e
- h) cultura.

Diante disso, torna-se difícil a formulação da política de desenvolvimento que possa ser aplicada, generalizadamente, com êxito, a todos os países subdesenvolvidos sem levar em conta as características particulares de cada um.

De acordo com Sampaio Jr. (1999) o subdesenvolvimento tem suas raízes numa conexão precisa, surgida em certas condições históricas, entre o processo interno de exploração e o processo externo de dependência. “Quanto mais intenso o influxo de novos padrões de consumo, mais concentrada terá que ser a renda. Portanto, se aumenta a dependência externa, também terá que aumentar a taxa interna de exploração”. (Furtado, 1974, apud Sampaio Jr. 1999, p.177)

No entanto, para Hagen (1971) o termo “subdesenvolvimento” soa um tanto pejorativo” empregando para classificar os países os termos “mais desenvolvido” e “menos

desenvolvido”. E mais, segundo ele a classificação dos países não deve ocorrer somente em termos de renda per capita, mas sim, em nível das técnicas utilizadas no processo produtivo visando ao aumento da produtividade.

Em grande parte dos países subdesenvolvidos a maioria da população vive de atividades agrícolas. E, longe de ser apenas uma atividade econômica, a agricultura torna-se a base da organização social e política. “Que os maiores obstáculos à liquidação do subdesenvolvimento se apresentem no setor agrícola constitui simples indicação de que essa liquidação implica em transformação global da sociedade” (Furtado, 1977).

Furtado prossegue afirmando que as estruturas subdesenvolvidas não se desenvolvem: elas são substituídas por outras com aptidão para desenvolver-se. Essa substituição, contudo, pode ser parcial, passando a conviver, estruturas arcaicas com outras aptas a assimilar a tecnologia moderna e a elevar a produtividade do trabalho.

Um país pode ser rico em recursos naturais sem, entretanto, ser considerado “mais desenvolvido” exatamente por falta de técnica adequada na produção; e países com uma renda per capita alta pode se posicionar entre os “menos desenvolvidos”, devido a concentração dessa renda.

Segundo a teoria cepalina tem-se que o subdesenvolvimento encontra suas explicações em duas hipóteses: alto nível de desemprego e subemprego crônicos e o grau de abertura da economia e a dependência (econômica e tecnológica) em relação ao exterior.

Como resultado do alto nível de desemprego e subemprego crônicos, tem-se que com o aumento da demanda de mão-de-obra, resultante do investimento da acumulação líquida de capital, não ocorre elevação do nível salarial - devido à essa inflexibilidade o estado intervém estipulando um patamar de salário mínimo de sobrevivência do trabalhador e sua família.

A consequência da inflexibilidade, para cima, dos níveis salariais, causa impacto restritivo (tanto para produtos agrícolas como para bens industrializados) no mercado interno de bens e serviços, uma vez que a demanda por esses obedece a dinâmica do número de pessoas que conseguem emprego, e esse cresce muito lentamente.

Ainda de acordo com a teoria cepalina, em consequências de um mercado interno restrito, tanto para produtos agrícolas quanto para bens industrializados, algumas economias periféricas buscam desenvolverem um setor exportador. Porém, devido o baixo nível tecnológico empregado no processo produtivo - tecnologia importada dos países centrais e muitas vezes já defasada e inadequada para as condições de produção dos países periféricos - e a falta de diversificação de seus produtos, elevaram-se seus preços de formas a perder competitividade no mercado externo e muito caros para o consumo no mercado interno.

Então, no caso em análise resta verificar: a inexistência ou pouco excedente na produção visando a exportação regional; a técnica de produção não alcançada às condições locais; e mercado restrito para os produtos locais.

2.5.1 Estrutura

Uma economia subdesenvolvida, em sua fase inicial pode estar composta por um Setor de Subsistência (agricultura de subsistência), um Setor de Mercado Interno e um Setor de Mercado Externo.

O Setor de Subsistência, termo aqui empregado no sentido de agricultura informal, constitui-se de minifúndios e latifúndios, baseado em uma agricultura tradicional de subsistência. Sua característica é a baixa produtividade, pouco monetizada. Nesse setor

consome-se grande parte da totalidade da produção, destinando o excedente ao Setor de Mercado Interno e ao Setor de Mercado Externo. Sua dinâmica é condicionada às alterações de expansão ou contração do Setor de Mercado Externo. “Ela está sujeita ainda às oscilações do Setor de Mercado, embora a produção para o autoconsumo não se destine a ele evidentemente” (Singer, 1982:45).

O Setor de Mercado Externo é entendido como de uma agricultura comercial voltada para exportações e atividades com fins comerciais - importação e exportação - da economia urbana. O crescimento deste setor ocorre em função do aumento da demanda do mercado internacional por produtos nacionais (primários). “A demanda internacional determina os preços e, então, a oferta dos países subdesenvolvidos” (Souza, 1995:27).

O Setor de Mercado Interno, no seu estágio primário, é formado por atividades inerentes ao atendimento da população interna e ao fornecimento de matérias-primas e serviços para as empresas e pessoas ligadas ao comércio externo. No processo de desenvolvimento, esse setor é favorecido em seu relacionamento com o setor agrícola pela extração do excedente do Setor de Subsistência. Esse é superavitário na balança comercial, porque o volume de suas importações é menor que as exportações, isso ocorre devido ao suprimento de suas necessidades de consumo ser realizado, quase que na totalidade, pelo Setor de Mercado Interno.

Os superávits que têm lugar nesse setor, comportam a seguinte destinação: se aparecem em moeda estrangeira, destina-se ao financiamento de importações de máquinas, equipamentos e insumos para a indústria urbana; se aparecem em moeda nacional, destina-se ao consumo do setor urbano, poupança ou investimento no setor rural.

A explicação do superávit no Setor de Mercado Interno, em moeda nacional, é a seguinte: “O excedente do meio rural é repassado ao meio urbano também porque as vendas que a indústria efetua ao meio rural são superiores, em termos de valor, às suas

compras de matéria-prima e alimentos. Por conseguinte, há um afluxo de moeda em direção ao setor urbano, reforçado pela deterioração dos termos de intercâmbio contra a agricultura” (Souza, 1995:29).

O setor urbano, em relação ao Setor de Mercado Externo apresenta-se deficitário, nas fases iniciais do desenvolvimento, porque suas importações são superiores às suas exportações. Porém, o balanço de pagamento permanece em equilíbrio, pois o superávit do Setor de Subsistência com o Setor de Mercado Externo é equivalente àquele déficit., observa-se, então, que o setor rural financia o desenvolvimento do setor urbano.

Nos períodos de crise, a economia estaciona evoluindo nos períodos de expansão das exportações. A causa dessa perturbação no crescimento de uma economia subdesenvolvida é a dependência das exportações do Setor de Mercado Interno.

Outros elementos a serem considerados nesse processo são as migrações rural e urbana que exercem grande pressão sobre as atividades do mercado interno. A redução na produção do Setor de Subsistência devido a migração, eleva o consumo do Setor de Mercado Interno. Conseqüentemente, a produção destinada àquele setor transfere-se para esse e para as exportações, obrigando, dessa forma, o aumento da produção no meio rural.

Segundo Singer (1976), as condições de atendimento do Setor de Subsistência ao aumento de demanda nos Setores de Mercado Interno e de Mercado Externo são possibilitadas pela divisão do trabalho, com as quais aquele setor torna-se especializado em agricultura de subsistência.

2.5.2 Estrangulamento da economia

Em uma economia em desenvolvimento podem surgir falhas que acabam por

constituírem-se em pontos de estrangulamento do desenvolvimento. Dentre esses pontos pode-se destacar como os mais importantes, os seguintes:

- a) dificuldades internas em diversificar e expandir as exportações;
- b) a concentração de grande parte da renda nacional nas mãos de uma minoria da população; e
- c) a insuficiência de capital para investimento.

O Estado, com o objetivo de evitar o estrangulamento no desenvolvimento econômico, costuma intervir aplicando instrumentos de sua competência, como por exemplo: intervenção na taxa de câmbio, política anti-cíclica, programas de financiamentos e incentivos aos investimentos no Setor de Mercado Interno, incentivos à exportação de produtos não tradicionais, bem como os investimentos em infra-estruturas tais como energia, transporte e comunicação.

Capítulo 3
ESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA
E SOCIAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

A formação econômica e social de um país ou região está intimamente ligada à história de sua colonização e povoamento, que tem como principais objetivos a exploração das riquezas e a povoação para garantir a posse da terra. Assim é que a formação econômica e social da comunidade de São Pedro de Alcântara está vinculada à história da colonização de Santa Catarina e a própria colonização do Brasil.

Santa Catarina, ao contrário de outras regiões brasileira, não foi contemplada com um meio-ambiente que possibilitasse antever seu potencial econômico, permanecendo, por isso, por muito tempo isolada do grande centro econômico do país⁵, centrado nas províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, baseado na produção do café e na mineração. Conclui-se, portanto, que a colonização de Santa Catarina prendeu-se mais a questão de povoar para garantir a posse da terra que propriamente a exploração econômica da região. Nas palavras de Hering (1987:12), temos: “Historicamente, Santa Catarina foi região marcada por interesses de ocupação estratégica, por ser via de passagem entre o extremo-sul e os centros econômicos vitais do país, resultando daí reduzida integração com o conjunto nacional da economia”.

⁵ O economista Celso Furtado, em sua obra: Desenvolvimento e Subdesenvolvimento (1961:260-1) faz referência a semelhante “isolamento econômico”.

3.1 Aspectos Geográficos

O município de São Pedro de Alcântara está localizado na região da Grande Florianópolis, em uma área de 140Km², latitude 27°35'00 "e longitude 48°34'00", distante 31 Km da Capital Florianópolis, ligando-se a esta pela rodovia SC-407 e BR 101. Faz divisa com os seguintes municípios: ao norte, Antônio Carlos, ao sul, Águas Mornas, Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz, a leste, São José e a oeste, Angelina e Rancho Queimado.

Figura 1

Localização espacial do município de São Pedro de Alcântara.



Figura 2

Vista parcial de São Pedro de Alcântara



O relevo é bastante acidentado. A maior parte das terras encontra-se nos morros, o que dificulta o desenvolvimento de uma agricultura onde se aplica técnicas modernas de cultivo. A outra parte são regiões de vargens, as quais estão, sempre, sujeitas as enchentes ocasionais. Segundo Souza (1992:114), 70% da área do município de São José situa-se em terreno constituído de morro, com destaque para: o Morro São João, a Serra de Santa Filomena, a Serra do Pai João, o Morro da Pedra Branca (450 metros de altitude) e, com menor relevância, os morros do Quilombo, o Redondo, o do Canto e o do Manduca (conforme Figura 3).

O clima predominante no município de São de Pedro de Alcântara, segundo Köppen, é o *mesotérmico úmido*, sem estação seca, com temperatura média anual entre 10 e 38°C. A precipitação média anual é de 1.800mm.

A proximidade do município de São Pedro de Alcântara com as cidades de Florianópolis e São José, inviabilizou a criação, de um centro de comercialização de

município de São Pedro de Alcântara, faz-se necessário remontar brevemente a sua história até o século XVII.

Segundo o Relatório Estatístico da Secretária do Desenvolvimento Urbano de Santa Catarina (1997), as primeiras colônias européias que se estabeleceram no litoral de Santa Catarina, no século XVII, foram fundadas por portugueses procedentes da Capitania de São Vicente, as quais deram origem as atuais cidades de Florianópolis e São Francisco do Sul. E, para povoar o litoral no século XVIII mais portugueses chegaram, desta vez vindos das Ilhas dos Açores e da Madeira, consolidando uma caracterização regional histórico-político-cultural que se faz sentir até hoje.

Com a falta de contato com as colônias do litoral, os “caminhos de gado” percorridos por paulistas neste mesmo século, vão dar origem a pousos sobre o planalto que, com o passar do tempo, transformaram-se em povoações e cidades, das quais são exemplos: Lages, São Joaquim e Mafra.

3.3 A Imigração Européia para o Sul do Brasil

A imigração européia não portuguesa para o Brasil, segundo Silva (1978), teve início no século XIX pouco antes da Independência, no decorrer das mudanças com a “abertura dos portos ao exterior”. Os fluxos imigratórios tomam maior significado a partir da segunda metade do século, dirigindo maiores contingentes para dois Estados do sul, mais precisamente Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Os primeiros imigrantes não portugueses encaminhados ao sul do Brasil chegaram no Rio Grande do Sul em 1824, fixando-se em São Leopoldo, e em 1829 à Santa Catarina, para ocupação de duas colônias oficiais recém criadas, localizadas sobre o caminho de Lages, entre o planalto e capital Desterro, atual Florianópolis.

A criação dessas duas colônias, São Pedro de Alcântara e Santa Filomena, pelo Governo com o objetivo de ocupar vazios demográficos, visava ao mesmo tempo à constituição de centros de produção agrícolas auto-suficientes e servir de um sistema de defesa da ligação entre o planalto e o litoral, principalmente contra a incursão dos aborígenes.

A primeira colônia de origem germânica em Santa Catarina foi instalada em São Pedro de Alcântara por iniciativa do Governo, em 1829. Porém, como colonização de caráter oficial não obteve sucesso, sendo, então, incentivada a colonização por companhias particulares cuja gestão fundamentava-se em pressupostos econômicos. Como resultado de investimentos bem sucedidos pode-se destacar Blumenau, Joinville e Brusque, nos vales dos rios Itajaí-Açú, Itajaí-Mirim e Itapocu.

Segundo Peluso (1980), a colonização de origem alemã no século XIX assentou-se em pequenas propriedades onde cada agricultor contava somente com seu próprio trabalho e o de sua família. Os imigrantes eram, quase que na sua totalidade, agricultores-artesãos que estavam acostumados a uma melhor condição de vida que a dos trabalhadores das fazendas de café ou dos colonos açorianos e madeirenses de economia de subsistência.

Pelo fato desses imigrantes procederem de uma sociedade em efetivas mudanças sócio-econômicas e com um intenso desenvolvimento de novas técnicas agrícolas, muitos desses imigrantes tinham algum ofício extra-agricultor-artesão, tendo, portanto, um nível de desenvolvimento das forças produtivas e anseios superiores ao dos colonos lusos. No entanto, isso não foi o bastante para fazer prosperar, como se esperava, o primeiro núcleo de colonização de imigrantes alemães em Santa Catarina.

3.4 São Pedro de Alcântara como Colônia

A fundação da Colônia São Pedro de Alcântara em 1829, segundo Peluso, não

foi algo ao acaso, pois desde 1793 já havia um projeto do Coronel João Alberto de Miranda Ribeiro, então Governador da Capitania, no sentido de estabelecer duas freguesias no caminho de Lages, com fins militares.

Esse projeto, porém, permaneceu esquecido por décadas até que em 1828 o Presidente da Província de Santa Catarina, recebeu ordens do Governo Imperial para colocar em execução o referido projeto com algumas alterações, dentre elas, os objetivos da colônia, que passariam a incluir o econômico, como se pode perceber nesta afirmação: “Estas idéias visando ao progresso da Capitania, depois Província de Santa Catarina, só vão ter seguimento anos mais tarde, porquanto, de um lado representava tais povoações uma área de apoio sócio-econômico para a região, e, de outra parte, uma base a qualquer operação militar” (Piazza, 1982:83).

Assim, a 1º de março de 1829, foi estabelecida a primeira colônia de imigrantes alemães em Santa Catarina, no vale do Rio Maruí, no caminho Desterro-Lages. Inicialmente, em 1828, os imigrantes destinados à Colônia de São Pedro de Alcântara totalizava 635 pessoas, sendo 523 vindas de Bremen, provenientes da Renana e 112 indivíduos, soldados mercenários da chamada Legião Alemã, batalhão extinto no Rio de Janeiro.

Em levantamento realizado em 1º de dezembro de 1830, contava a Colônia São Pedro de Alcântara, com 168 famílias assentadas, com um efetivo de 652 pessoas. A partir de então essa não recebeu novos imigrantes e sua vida como colônia oficial extinguiu-se a 15 de dezembro de 1830, em cumprimento a uma lei desta data que proibia quaisquer dispêndio financeiro com os imigrantes.

Em 1844, segundo Mattos (1917:59), por haver alcançado um relativo desenvolvimento e progresso, fornecendo produtos de sua lavoura para a capital Desterro, foi essa colônia elevada à categoria de Freguesia da Vila de São José, pela Lei nº 194 de 13

de abril daquele ano. Sobre esse fato temos: “No meu entender, não pode mais a Freguesia ser contada no número das colônias. Ela prospera e continua a prosperar e a sua lavoura abastece esta capital de gêneros de toda a espécie” (Coutinho apud Mattos 1917:59).

3.5 A Estagnação Sócio-Econômica de São Pedro de Alcântara

Ao estudar-se a economia de um país, uma região, estado ou município, faz-se necessário compreender os fatores que poderão favorecer o seu desenvolvimento e os que poderão tornar-se obstáculos ao mesmo. Uma comunidade, inicialmente, não é auto-suficiente para gerar seu próprio crescimento, portanto, o desenvolvimento econômico e social dessa depende de sua inserção no conjunto da economia nacional e da ação do Estado no sentido de vencer possíveis pontos de estrangulamento⁶.

Santa Catarina, como já mencionado no item 3.1 do presente trabalho, por muito tempo, quando ainda Província de Santa Catarina, esteve fora do contexto da economia nacional.

Em relação à comunidade de São Pedro de Alcântara, objeto do presente estudo, durante seu período de colônia, freguesia e vila do município de São José, vários fatores contribuíram para sua estagnação econômica e social. Dentre estes, segundo Hering (1987), estão: a má distribuição das terras, limitada área cultivável devido ao relevo acidentado e a introdução, na lavoura, de elementos sem nenhuma experiência na atividade agrária.

Além da má distribuição, a área de cultivo destinada a cada agricultor era muito inferior àquela que seria o ideal, conforme observação de Waibel (1958) in: Peluso (1980:139):

⁶ Refere-se ao estrangulamento do desenvolvimento, da obra de Souza (1995:29).

...calculando qual deveria ser a área mínima da propriedade explorada sob o sistema de roça, a fim de garantir nível de vida decente ao agricultor, encontrou os limites entre 55 e 65 hectares em terra boa, e 80 a 105 hectares em terra ruim. Os terrenos do maciço montanhoso da região de Florianópolis devem ser considerados, em geral, de terra ruim, não tanto pela qualidade do solo como pela forte inclinação das vertentes destinadas a lavouras. Mas como vimos, em todas as colônias os lotes tinham sido demarcados entre 24,2ha e 36,3ha, dimensões muito inferiores às que seriam necessárias para manter boas lavouras.

O resultado desse sistema de cultivo é o rápido esgotamento do solo e a redução da produção, o que levou a ocorrer na região, grande fluxo migratório, principalmente da população mais jovem, a procura de novas terras.

Devido à escassez de terra agricultável e relevo acidentado, como referido acima, em São Pedro de Alcântara foi impossível grande adensamento populacional, por isso houve considerável migração para outras regiões, tais como, vale do Itajai-Açu e Itajai-Mirim, vale do Rio Cubatão onde fundaram a comunidade de Vargem Grande, Santa Isabel. Na bacia do Rio Biguaçu fundou-se a comunidade, hoje município de Antônio Carlos, dentre outras. A comunidade não tinha como absorver o crescimento demográfico natural (formação de novas famílias com os casamentos realizados entre os filhos dos colonos).

Outro fator, também considerado, é o de ordem administrativa com destaque para o atraso constante no pagamento das diárias, prometidas pelo governo até que as lavouras começassem a produzir, a Lei do Orçamento, ou Lei Nacional, de 15 de dezembro de 1830, que suspendia todas e quaisquer despesas do governo com a colonização estrangeira, corte orçamentário este relacionado com a situação político-institucional, ou seja, com a consolidação da Independência política do país, bem como com os gastos com a movimentação de tropas para o sul do país, envolvidas na Guerra Cisplatina. Em palavras textuais: “isso significou, para as colônias recém-criadas, ainda sem infra-estrutura para se desenvolver, o abandono à própria sorte” (Hering, 1987:28).

Outro elemento a ser considerado como responsável pelo não desenvolvimento dessa colônia é a precariedade das vias de comunicações entre as vilas, São José e Lages, e conseqüentemente a do escoamento da produção agrícola da mesma. Segundo Jochem (1999:50), a mudança de parte do percurso da estrada via Vale do Cubatão, em detrimento do Vale do Maruí, isolou economicamente São Pedro de Alcântara tendo em vista que tal mudança proporcionou a privação do comércio fomentado pelos transeuntes, principalmente os tropeiros. Foi uma das causas da estagnação econômica.

Em 1872, São Pedro de Alcântara contava, segundo Jochem (1992:43), com uma população de 2288 habitantes. Deste total, somente 328 pessoas (14,34%) sabiam ler e escrever, o que implica em um índice de analfabetismo da ordem de 85,66%. Com tamanho índice de analfabetismo, qualquer iniciativa de progresso técnico da produção fica comprometida, conseqüentemente, também o desenvolvimento.

Observa-se, portanto, que os imigrantes alemães, deixaram para segundo plano a educação, priorizando o trabalho braçal como forma de subsistência. Com isso, os filhos desses imigrantes permaneceram analfabetos, deixando para as gerações seguintes, a responsabilidade de alfabetiza-los e ofereceram uma educação continuada, como forma de integração e preparação para a plena cidadania.

Também, devido à falta de capacidade local para abrigar um maior contingente populacional, a comunidade de São Pedro de Alcântara não foi favorecida pela *teoria do lugar central*, definida em Christaller 1966 apud Peluso (1980), como “agrupamento que se caracteriza por ser o centro da região rural ao seu redor, e o intermediário do comércio local com o mundo externo”. Teoria essa, aplicável à cidade, vila ou povoado, cujo objetivo é o atendimento à população da zona agrícola da sua vizinhança, fornecendo-lhes os bens e serviços de que necessitam.

A importância de um lugar central está no crescimento econômico que este

possibilita a região, devido ao aumento do número de pessoas que se dirigem a esse para se abastecerem.

Assim, conclui-se que do ponto de vista econômico, o núcleo de colonização de São Pedro de Alcântara não foi um empreendimento de sucesso, porém, foi muito importante para povoar o vazio demográfico da região fronteira da Ilha de Santa Catarina, haja vista as várias comunidades que se originaram desse, em consequência da migração do excedente populacional devido à falta de terra cultivável no vale do Rio Maruí.

Capítulo 4

SUBDESENVOLVIMENTO

SÓCIO-ECONÔMICO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Com sua emancipação político-administrativo efetivada em 16 de abril de 1994, de acordo com a Lei Estadual nº 9.534, São Pedro de Alcântara, a primeira colônia de imigrantes de origem germânica fundada em Santa Catarina, torna-se o mais novo dos municípios integrantes da região da Grande Florianópolis, cuja instalação deu-se no ano de 1997.

Município de economia predominantemente agrícola, São Pedro de Alcântara ocupa o 67º lugar no total dos 293 municípios do Estado de Santa Catarina, segundo ranking e o 7º lugar entre os 20 municípios que compõem a região da Grande Florianópolis⁷, conforme Índice de Desenvolvimento Sócio-Econômico dos municípios catarinense, elaborado pela Secretária de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em 1999.

4.1 Indicadores

Os indicadores de desenvolvimento econômico e social oferecem um diagnóstico da realidade local e revela a grande diversidade existente, mesmo entre os municípios da região. A função dos indicadores é justamente evidenciar a realidade e quanto maior for

⁷ Associação dos Municípios de Santa Catarina.

conjunto deles, mais elementos terão os atores sociais para compreender e transformarem essa realidade, de forma a melhor atender aos anseios da sociedade.

4.1.1 Composição dos indicadores

Para a elaboração do Índice de Condições de Eficiência, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SDM/SC., utilizou os indicadores com os seguintes componentes:

- **Sociais:**
 - Condições de sobrevivência das crianças de 0 a 6 anos;
 - Taxa de analfabetismo;
 - Taxa de aprovação e de evasão do ensino público estadual e municipal urbano e rural de 1º grau.
- **Agropecuária:**
 - Rendimento médio (produtividade) das lavouras;
 - Produção média de leite e ovos.
- **Renda:**
 - PIB *per capita* municipal.
- **Finanças municipais:**
 - Finanças 1 (IPTU, ITBI, IVV, ISS, Taxas e contribuições de melhoria);
 - Finanças 2 (Receita per capita das transferências da União e do Estado, Despesas: com pessoal, custeio e investimentos).

Com o intuito de dar uma significativa conotação social ao Índice de Condições de Eficiência, estipulou-se peso de 75% para os indicadores sociais e peso de 25% para os indicadores da agropecuária, do PIB Per Capita Municipal e Finanças Municipais.

4.1.2 Índice de condições de eficiência

Para compreensão da variável evidência, o valor relativo foi distribuído pela amplitude total, para expressá-la em unidades comparáveis, foram normalizados numa escala de um (1,00) = melhor, a zero (0) = pior.

Assim o Índice de Condições de Eficiência (ICE), na sua interpretação, pode-se afirmar que quando o ICE se aproxima do valor um (1,00) melhores são as condições de eficiência do indicador, piorando na medida que se aproxima de zero (0).

Para hierarquizar os municípios entre todos os municípios do Estado e dentro da região, foi estabelecido quatro grupos hierárquicos, a saber:

- Valor do ICE entre 1,00 e 0,69 = Condições de Eficiência boa ou alta;
- Valor do ICE entre 0,68 e 0,55 = Condições de Eficiência média
- Valor do ICE entre 0,54 e 0,50 = Condições de Eficiência média baixa;
- Valor do ICE entre 0,49 e 0,00 = Condições de Eficiência precária ou baixa.

Na realização do presente trabalho de monografia empregou-se, para fins de avaliação da situação atual do município de São Pedro de Alcântara, frente aos municípios da Grande Florianópolis, o Índice de Condições de Eficiência, construído com os indicadores: sociais, agropecuária, PIB Municipal Per Capita e Finanças Municipais. A falta de dados, isoladamente, para esse recém criado município, impossibilita traçar um diagnóstico, sob o ponto de vista econômico e social, considerando a amplitude deste trabalho (1970 até a década de 1990), no sentido de verificar se houve ou não evolução nesse período.

A tabela abaixo mostra a posição do município de São Pedro de Alcântara entre o melhor e o pior posicionado no desempenho econômico e social dos municípios que compõem a região da Grande Florianópolis.

Tabela 1

Ranking dos municípios da região da Grande Florianópolis.

LUGAR	Município	Indicadores						Condições de Eficiência	
		Sociais	Agropecuária		PIB Municipal	Finanças Municipais		Índice	Nível
			Lavoura	Pecuária		Fin. 1	Fin. 2		
01	Antônio Carlos	0,79	0,70	0,48	0,27	0,47	0,66	0,72	Alto
07	S. Pedro de Alcântara	0,70	0,57	0,59	0,25	0,37	0,37	0,63	Médio
22	Garopaba	0,53	0,31	0,25	0,02	0,19	0,43	0,46	Baixo

Fonte: Elaboração própria, com dados da Secretária de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SDM/SC - Jun/99.

4.2 Evolução da População

A relevância do estudo da evolução - crescimento demográfico - da população de uma comunidade está em permitir dimensionar e quantificar a força de trabalho que movimenta a economia dessa, bem como, através desse estudo, possibilitar a adoção de políticas para uma melhor aplicação, no médio e longo prazo, de recursos em infraestrutura para atender as crescentes demandas de habitação, ruas, transportes, redes de energias, saneamento básico, escolas, dentre outros.

No caso específico de São Pedro de Alcântara, essa análise deve ser feita observando dois momentos distintos, o período que vai de 1830 a 1872, período em que esse foi Colônia, Freguesia e Distrito do município de São José e o período de 1970 até a década de 90.

Isso se deve a ocorrência de hiato na coleta de dados causada pela destruição, por queima, dos registros da paróquia dessa comunidade.

Tabela 2

População de São Pedro de Alcântara no período de 1830 a 1872

Ano	População	Variação (%)	Taxa média geométrica de crescimento anual (%)		
			1830 - 1847	1847 -1854	1854 -1872
1830	652	-	0,76	10,58	2,51
1847	742	16,85			
1854	1500*	102,16			
1872	2288	52,53			

Fonte: JOCHEM, 1999. Elaboração própria.

* Para a população referente aos de 1847 e 1854, inclui-se nesses números alguns portugueses e escravos, sem, no entanto, poder precisar o número deles.

Analisando a tabela acima, se conclui que, apesar de ser considerado, historicamente, o período mais conturbado dessa comunidade a população teve um crescimento constante, mesmo não considerando os colonos que migraram para formar outras comunidades.

Tabela 3

População de São Pedro de Alcântara, partir de 1970

Ano	População	Variação (%)	Taxa média geométrica de crescimento anual (%) 1970 -1996
1970	5022	-	-1,42
1980	4701	- 6,39	
1991	4024	- 14,40	
1996	3465	- 13,89	
1997	3531	1,90	
1998	3599	1,93	
1999	3667	1,89	
2000	3737	1,91	

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de: 1970, 1980 e 1991; Contagem da população de SC em 1996, e Estimativa da população de SC, até 2000. Elaboração própria.

Verifica-se nessa Tabela, que no período de 1970 a 1996 houve uma acentuada e contínua redução, a uma taxa média geométrica de crescimento negativo anual da ordem de 1,42%, no número de habitantes da comunidade de São Pedro de Alcântara. No entanto, esse não é um fenômeno exclusivo desse município, há uma tendência quase que em geral em Santa Catarina, de parte da população das pequenas cidades deslocarem-se para os

em Santa Catarina, de parte da população das pequenas cidades deslocarem-se para os grandes centros em busca de melhores oportunidades, tanto de trabalho como de estudo, ou seja, melhores escolas que os qualifiquem para o mercado de trabalho, principalmente a população mais jovem.

Outra explicação para a diminuição da população nesse município, é a falta de infra-estrutura. São Pedro de Alcântara possui apenas um posto de saúde que funciona de forma precária; as vias de acesso aos municípios vizinhos são ruins; não há agência bancária, apenas um posto do BESC, instalado no prédio da prefeitura atende a comunidade, por isso, acredita ser, também um motivo de fuga para os municípios de Florianópolis, Palhoça e São José, principalmente para este último, que além de possuir um razoável parque industrial conta também com uma boa estrutura na área de saúde e educação, bem como por sua locação próximo da capital.

O otimismo das estimativas de um crescimento populacional, da ordem de 1,9% ao ano, a partir de 1997 está baseado na esperança de que com a autonomia político-administrativo venha favorecer o desenvolvimento econômico da região e impedir o processo de êxodo rural que vinha ocorrendo, até então, no município.

Tabela 4

Distribuição da população em 1970 e 1996

Ano População	1970	%	1996	%	Taxa média geométrica de crescimento anual (%) 1970 - 1996
Urbana	447	8,90	2436	70,30	6,74
Rural	4575	91,10	1029	29,70	- 5,58
Total	5022	100	3465	100	- 1,42

Fonte: Elaboração própria, com dados do IBGE - Censo Demográfico de 1970 e Contagem da população de SC em 1996.

Ao observar a distribuição da população de São Pedro de Alcântara nesses dois recenseamentos, percebe-se que no primeiro (1970) há uma enorme concentração

populacional no meio rural, na ordem de 91,10%, o que caracteriza essa comunidade como essencialmente agrícola, no entanto, na contagem da população em 1996, verifica-se que apenas 29,70% dessa população permanece no campo, um decréscimo médio anual de 5,58%, invertendo a situação anterior, passando a caracterizar-se como comunidade urbana.

A essa mudança, de comunidade rural para urbana, poderia atribuir ser conseqüências da melhoria da qualidade de vida no campo, em nível educacional, nas técnicas de produção, bem como na assistência aos produtores, porém, é mister uma análise mais aprofundada desses fatores que se supõem ser o causador de tal mudança, principalmente com relação às técnicas de produção. Na realidade, o que se observa é que dos 77 engenhos e alambique de cachaça (atividade rural) existente na região de São Pedro de Alcântara a maioria estão fechados, sendo que os que permanecem em atividade, operam no mesmo sistema de 50 anos atrás, portanto nota-se que não houve modernização, e nem incentivo para essa atividade.

De acordo com Singer (1976:18-9), uma economia subdesenvolvida para avançar no processo de desenvolvimento necessita, entre outros fatores, superar a barreira da dependência da demanda externa por seus produtos primários. Aponta como uma solução alternativa para esse problema o crescimento populacional, pois este faz crescer o mercado interno, bem como aumenta, no futuro, o número de produtores (mão-de-obra). Em suas próprias palavras temos: “Na análise do desenvolvimento, (...) é bem possível que o crescimento populacional constitua antes um fator positivo que um óbice ao processo”.

Analisando a economia do município de São Pedro de Alcântara, no período de amplitude deste trabalho (de 1970 até a década de 90), sob a ótica do pressuposto acima e conforme o que mostra a tabela 4, pode-se concluir que o estado de subdesenvolvimento ou estagnação dessa comunidade, verificado ao longo desses anos tem forte ligação com o crescimento demográfico negativo ocorrido nessa, e a conseqüente queda da renda, pois o

que se depreende dessa visão de Singer é que uma economia com baixa renda e baixo crescimento populacional está predestinada ao subdesenvolvimento.

4.3 Indicador de Saúde

O município de São Pedro de Alcântara não conta com um atendimento hospitalar local, apenas um Posto de Saúde presta assistência médico/dentário às 19 comunidades da região. As internações e serviços especializados são atendidos no Hospital Regional de São José ou em Florianópolis. Para avaliar a situação desse município com relação ao indicador de saúde, utilizou-se a taxa de mortalidade infantil.

A taxa de mortalidade infantil mede o risco de um nascido vivo de morrer antes de completar um ano de vida. A morte de menores de um ano é diretamente influenciada por condições de saneamento, nutrição, imunização, educação, habitação, assistência pré-natal, ao parto e ao recém nascido. Calcula-se a partir dos óbitos de menores de um ano ocorridos no ano em evidência, de um determinado espaço geográfico (município, estado, país), empregando-se a seguinte fórmula: $((n^\circ \text{ de óbitos menor de um ano}) / (1000 \text{ nascidos vivos}))$, conforme dados da Secretaria de Saúde.

Tabela 5

Nascidos vivos e taxa de mortalidade infantil -1996 (Região da Grande Florianópolis)

Municípios	Nascidos vivos por residência da mãe	Óbitos por residência da mãe menores de 1 ano	Taxa de mortalidade infantil (p/1000 n.v)
Antônio Carlos	102	-	0,00
São Pedro de Alcântara	49	1	15,86
São Bonifácio	39	2	51,28

Fonte: Elaboração própria com dados da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SDM/SC.

Na elaboração da tabela acima, colocando-se São Pedro de Alcântara entre os municípios de menor e de mais alta taxa de mortalidade infantil, procura-se chamar a atenção para o fato de que, apesar da precariedade do serviço de saúde naquele, o índice de condições de eficiência, com relação a mortalidade infantil é considerado bom.

4.4 Indicador de Educação

Esse indicador permite a avaliação do grau de desenvolvimento social atingido pelo município de São Pedro de Alcântara no ano de 1997, empregando nessa análise o Índice de Desenvolvimento Social dos municípios catarinense, envolvendo a taxa percentual da população alfabetizada por faixa-etária, confrontada com a do Estado.

Tabela 6

População alfabetizada, por faixa-etária - São Pedro de Alcântara e Santa Catarina - 1997

População por faixa-etária	Taxa de alfabetização (%) São Pedro de Alcântara	Taxa de alfabetização (%) Santa Catarina
De 5 a 9 anos	57,7	53,8
De 10 a 14 anos	97,3	96,5
De 15 a 19 anos	97,2	96,4
De 20 a 24 anos	96,7	95,6
De 25 a 29 anos	96,7	95,2
De 30 a 39 anos	95,7	93,6
De 40 a 49 anos	91,6	88,4
De 50 a 59 anos	84,9	82,0
De 60 ou mais anos	68,6	67,9
TOTAL	88,8	86,3

Fonte: IBGE - 1997 - Elaboração: SEBRAE/SC - 1998.

Tabela 7

Estabelecimentos de ensino em 1997.

Estabelecimentos de ensino	Pré-escolar	1º Grau	2º Grau	Total
Estadual	02	07	00	09
Municipal	00	02	01	03
Total	02	09	01	12

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura – Prefeitura Municipal

Tabela 8

Ensino de 1º Grau – Dados gerais em 1997

Dependência administrativa	Matrícula		Evasão (%)	Aprovados	Taxa de aprovação
	Inicial	Final			
Estadual	601	581	3,3	5,09	87,6%
Municipal	18	16	11,1	14,0	87,5%
Total	619	597	3,7	5,23	87,6%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura – Prefeitura Municipal

Tabela 9

Ensino de 2º Grau – Dados gerais em 1997

Dependência administrativa	Matrícula		Evasão (%)	Aprovados	Taxa de aprovação
	Inicial	Final			
Estadual	56	41	26,8	35	85%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura – Prefeitura Municipal

No quesito educação, o município de São Pedro de Alcântara, com uma taxa de alfabetização de 88,8%, maior que a média do Estado que é de 86,3%, conforme tabela 6, é considerado de ótimo nível, também se observa um bom número de estabelecimentos de ensino, num total de 12, com adequado número de matrículas. Contudo, a taxa de aprovação pode ser considerada baixa e alta taxa de evasão nos ensinos de 1º e 2º graus conforme se pode verificar nas tabelas 8 e 9.

4.5 Aspectos Econômicos

A economia do município de São Pedro de Alcântara está baseada, conforme já mencionado no capítulo 1, num setor primário, num setor secundário e num setor terciário podendo ser melhor visualizado através da tabela abaixo

Tabela 10

Propriedades Rurais e Empresas - participação por setor e gênero

Setor	Nº de Propriedades Rural e nº de Empresas
Agricultura	
Agricultura diversa	430*
TOTAL DO SETOR PRIMÁRIO	430
Indústria	
Indústria de madeira	2
Sv. Indl. de Utilidade Pública	1
Indústria de bebidas	1
Ind. Produtos minerais não metálico	2
Ind. Do Mobiliário	1
Diversas	2
TOTAL DE INDÚSTRIA	9
Comércio atacadista	
Alimentos, bebidas, fumos	1
Diversas	2
TOTAL DO COMÉRCIO ATACADISTA	3
Comércio varejista	
Supermercados, mercados, mercearias	5
Combustíveis, lubrificantes, gás.	1
Diversas	10
TOTAL DO COMÉRCIO VAREJISTA	16
Total do comércio	19
Serviços	
Serviço de Transporte	4
Serviços Públicos e entidades	2
Fornecimento de alimentação e alojamento	10
Diversas	1
TOTAL DE SERVIÇOS	17
Total	475

Fonte: - Elaboração própria com dados da pesquisa do SEBRAE, realizada em 1998.

- (*) SNCR/INCRA - Julho/2000

De acordo com o Sistema Nacional de Cadastro Rural/INCRA, as propriedades rurais cadastradas até julho de 2000, somam 430 unidades distribuídas conforme tabela abaixo.

Tabela 11

Distribuição das propriedades rurais do município de São Pedro de Alcântara em 2000

Classe de Área Total (ha)	Total de Imóveis	Área Total (ha)
Até 5	88	256,4
Mais de 5 até 10	56	426,3
Mais de 10 até 50	253	6.175,9
Mais de 50 até 100	31	1.935,9
Mais de 100 até 500	2	282,2
TOTAL GERAL	430	9.076,7

Fonte: Elaboração própria com dados do SNCR/INCRA (2000).

Observa-se na tabela 11 que 58,84% dos estabelecimentos rurais estão localizados na classe dos imóveis entre 10 e 50 ha, o que caracteriza o município como sendo de pequenos agricultores.

Tabela 12

Produção Animal - São Pedro de Alcântara - 1997

Produto	Unidade	Total
Aves	Cabeça	638
Bovinos	Cabeça	3.130
Suínos	Cabeças	1.460

Fonte: Elaboração própria com dados do Instituto CEPA/SC.

Tabela 13

Produtos de Origem Animal - São Pedro de Alcântara - 1997

Produto	Unidade	Total
Leite	litro	568
Mel	kg	5.000
Ovos	dz (mil)	4

Fonte: Elaboração própria com dados do Instituto CEPA/SC.

Tabela 14

Produção Agrícola - Safra 1998/99*

Produto	Área (ha)	Produção (t)	Rendimento (kg/ha)
Alho	2	7	3.500
Banana	30	240	8.000
Batata	105	1.050	10.000
Cebola	10	120	12.000
Feijão	110	94	855
Mandioca	100	750	7.500
Milho	90	315	3.500
Uva	6	90	15.00
Tomate	35	1.225	35.000

Fonte: Instituto CEPA. (*) Estimativa.

4.6 São Pedro de Alcântara e Economia Catarinense - 1985/1997

Objetiva verificar a influência da economia do Estado na economia de São Pedro de Alcântara.

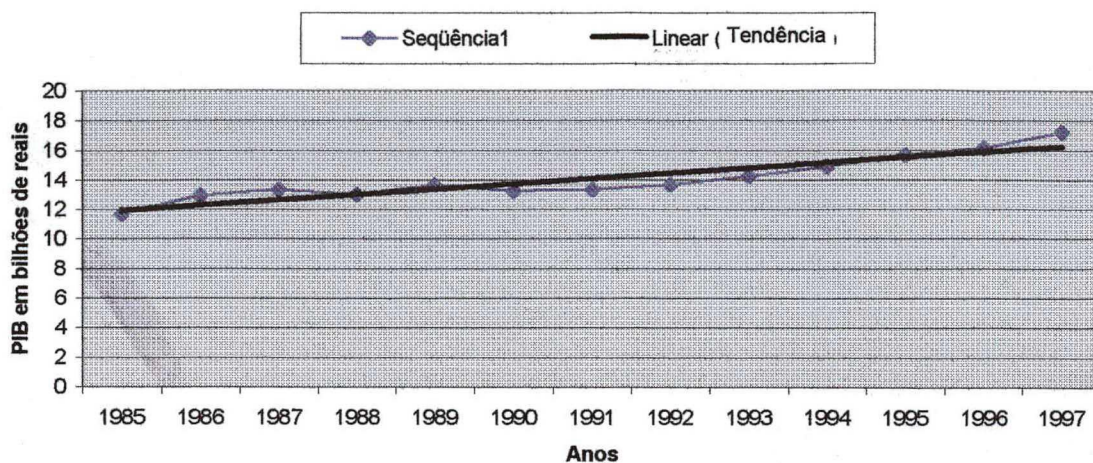
Tabela 15

Produto Interno Bruto – PIB

Ano	Valor Constante (R\$ de 1994)	Índices de Produto Real 1994 = 100	Variação Anual (%)
1985	11.714.303.225	78,65	-
1986	12.971.247.961	87,09	10,73
1987	13.333.145.779	89,52	2,79
1988	13.021.150.168	87,42	-2,34
1989	13.642.259.031	91,59	4,77
1990	13.256.186.101	89,00	-2,83
1991	13.359.581.329	89,70	0,78
1992	13.660.171.909	91,71	2,25
1993	14.240.729.215	95,61	4,25
1994	14.894.378.686	100,00	4,59
1995	15.662.507.018	105,16	5,16
1996	16.145.101.894	108,40	3,08
1997	17.242.857.963	115,77	6,80

Fonte: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao MERCOSUL - Anuário 1996/97.

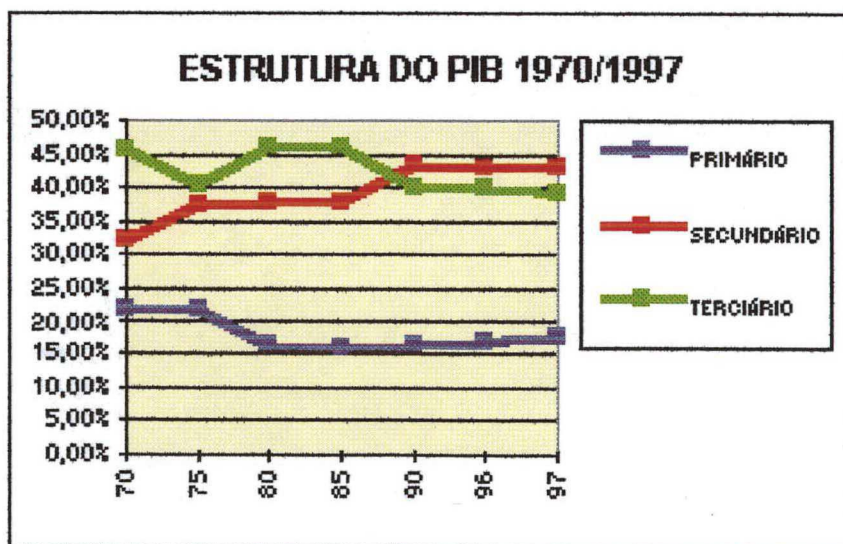
Gráfico 1
Evolução do PIB catarinense em bilhões de reais



Fonte: Elaboração própria

Analisando a Tabela 15 e o Gráfico 1 constata-se que ao longo do período considerado, a economia catarinense desenvolveu-se muito bem. Acompanhando os dados referentes ao comportamento da economia ao longo da década de 80 e 90 verifica-se que houve um crescimento quase que constante, isto porque nos anos de 1988 e 1990 houve uma queda no PIB de 2,38% e 2,83% respectivamente, voltando a crescer nos anos seguintes a taxas maiores.

Gráfico 2
Evolução da estrutura do PIB catarinense (Participação % dos setores)



Fonte: <http://www.sc.gov.br/wesde>

Analisando o gráfico 2 acima, percebe-se que o crescimento da economia catarinense no período compreendido entre 1970 e 1997 apresentou um bom desempenho, alavancado pelo setor secundário, que ao longo desses anos alternou-se em períodos de crescimento com períodos de estabilidade. Já no setor primário, que mais interessa a esse trabalho, verifica-se uma forte depressão, estabilizando em baixa durante a década de 80, esboçando uma fraca reação a partir de 1990.

Da análise acima se conclui que o fraco desempenho da economia do município de São Pedro de Alcântara neste período pode ser reflexo do setor primário da economia catarinense, uma vez que aquela é sustentada por esse setor.

Tabela 16

Renda média mensal dos chefes de domicílio
de São Pedro de Alcântara e municípios vizinhos - 1991

Município	Renda média - salário mínimo	Renda média urbana	Renda média rural
São Pedro de Alcântara*	5,54	5,57	2,74
Florianópolis	6,48	6,66	3,54
Santo Amaro da Imperatriz	2,38	3,08	1,37
Paulo Lopes	1,95	2,38	1,49

Fonte: SEBRAE/SC - Diagnóstico Sócio-Econômico de São Pedro de Alcântara - 1998 (*) Distrito do município de São José.

A tabela acima mostra a renda média mensal em salários mínimos apurada pelo IBGE em 1991. Como os dados não estavam disponíveis para São Pedro de Alcântara, tomou-se os dados de São José, município “mãe” de São Pedro de Alcântara.

4.7 Comparação do Desenvolvimento da Região de São Pedro de Alcântara com a Região de Blumenau

Com o objetivo de colocar em evidência o estado de estagnação no desenvolvimento sócio-econômico de São Pedro de Alcântara, procurou-se traçar um paralelo deste com uma comunidade, que seja quase sua contemporânea e que tenha algumas características em comum, bem como identificar que, ou quais, fatores levam duas economias a seguirem rumos tão diferentes no processo de desenvolvimento econômico.

A escolha da região de Blumenau para fazer esta comparação prende-se ao fato desta também ter sido colonizada por imigrantes europeus não portugueses, quase que na sua totalidade de alemães (alguns dos quais migrados da Colônia São Pedro de Alcântara), o que significava, em princípio, cultura semelhantes. No entanto, verificando a realidade dessas duas comunidades o que se constata é um distanciamento muito grande entre as duas economias. Segundo Wilhelm (1999), os fatores abaixo permitem tal comparação:

4.7.1 Fatores geográficos e populacionais

Como já abordado no item 3.1, o relevo da região de São Pedro de Alcântara é bastante acidentado, inviabilizando o emprego de certas técnicas de produção, além de parte da terra ser de má qualidade, é também escassa, o que dificulta o desenvolvimento de uma agricultura que possibilite a formação de excedente.

Por outro lado, a região de Blumenau, além de ter uma área mais extensa, é mais fértil e menos acidentada que a de São Pedro de Alcântara, o que permitiu a prática de uma agricultura mais produtiva e com menor custo de produção, possibilitando, assim, a

formação de excedente, que desde o início já era exportado. Nas palavras de Piazza (1982:68-9): “Desde 1863, a Colônia exportava açúcar, aguardente, charutos, madeiras serradas, araruta, manteiga e couro”.

Um outro fator importante a favor de Blumenau, é o fato da mesma ser banhada pelo rio Itajaí-Açú, o que permite o escoamento de sua produção com certa facilidade, ao contrário do que ocorre em São Pedro de Alcântara, onde o transporte das colheitas era realizado, de maneira precária até a vila de São José, em lombo de animais através de picadas abertas na mata, numa época em que não havia estradas para a circulação de carroças ou outro meio de transporte de carga mais adequado.

Como conseqüências dos fatores geográficos apresentados no item 5.1, houve grande migração da Colônia São Pedro de Alcântara para outras comunidades, além disso, após a primeira leva de imigrantes, em 1829, a colônia não recebeu mais imigrantes, contando apenas com o crescimento natural de sua população e a entrada, na colônia, de alguns portugueses e escravos que passaram a fazer parte do núcleo.

Ao contrário de São Pedro de Alcântara, Blumenau teve um fluxo regular e constante de imigrantes, não só de origem germânica como, em menor número, de italianos, os quais desde cedo formaram no local importante mercado consumidor, bem como a geração de mão-de-obra para a indústria nascente.

4.7.2 Fatores econômicos

Devido ao grande dispêndio financeiro com a manutenção de tropa no sul do país - conflito armado na bacia do Prata - o Governo Imperial, através da Lei do Orçamento, ou Lei Nacional, de 15 de dezembro de 1830, determina a suspensão de toda e qualquer

despesa com a colonização estrangeira. Assim, a Colônia São Pedro de Alcântara, logo após ser criada e instalada, foi abandonada à própria sorte, sem que ainda houvesse sido criado nessa, uma infra-estrutura para seu desenvolvimento.

Ao contrário, Blumenau foi um empreendimento de iniciativa privada, dependendo muito pouco do governo, além disso, por contar sua população com um bom número de elemento com diversificadas habilidades profissionais (artesãos), desde o início criou-se um pólo de crescimento, induzindo o desenvolvimento de empresas diversas no local.

4.7.3 Fatores étnicos, culturais e religiosos

A imigração, tanto para a Colônia São Pedro de Alcântara quanto para a Colônia de Blumenau, foi predominantemente européia não-portuguesa. Não querendo dizer isso que Blumenau prosperou e São Pedro de Alcântara permaneceu estagnado economicamente devido à imigração. Também não se pretende com isso dizer que o fator étnico não seja importante na análise do desenvolvimento econômico de uma região. Considera-se aqui, que apenas com relação às comunidades em comparação, esse fator não apresenta nenhuma relevância.

Com relação ao fator cultural, para efeito de comparação entre São Pedro de Alcântara e Blumenau, este também é irrelevante, haja vista que em ambas as regiões a imigração foi de alemães. A única observação que poderia ser feita é a de que os imigrantes que colonizaram São Pedro de Alcântara, até por serem os primeiros em Santa Catarina, sofreram influência da cultura indígena no cultivo da terra, uma vez que a condição de trabalho aqui encontrada era muito adversa da que estavam acostumados na Europa, tendo que se adaptarem à essa nova situação.

Quanto ao fator religioso, da literatura consultada para este trabalho, não se evidenciou qualquer fato que pudesse ter influenciado o processo de desenvolvimento das duas regiões. Em ambas as comunidades predominou a religião católica, embora houvesse também outras manifestações religiosas, sendo em maior número em Blumenau.

Em São Pedro de Alcântara, de 1829 a 1840, de uma população de 632 pessoas, apenas 2,06% desse total eram evangélicas, ou seja, somente 13 pessoas não professavam a religião católicas¹⁰.

A conclusão a que se chega, com relação ao desenvolvimento histórico e econômico positivo e próspero alcançado por Blumenau enquanto São Pedro de Alcântara permaneceu estagnado, é a de que essa divergência nos rumos seguidos pelas duas economias deve-se a fatores: econômicos, geográficos e populacionais.

Alguns autores, como por exemplo, Jochem (1992) e Philippi (1995), citam como fator principal do subdesenvolvimento de São Pedro de Alcântara, o geográfico. Entretanto, ao que parece não houve, ao longo dos anos, a busca de uma atividade econômica alternativa que pudesse ser adaptada às condições do relevo da região.

Por outro lado poderia ser questionado o por quê do estabelecimento da colônia em uma região tão pouco apropriada à agricultura, se a habilidade dos imigrantes que vieram para essa colônia era a atividade agrícola.

Com referência a esse questionamento, tem-se a seguinte explicação: havia, à época da fundação da colônia, uma determinação do Governo Imperial no sentido de que os primeiros imigrantes alemães fossem instalados às margens do *caminho de Lages*, com o objetivo de aumentar o povoamento de áreas vazias e principalmente proteger e conservar aquela via de ligação entre o litoral e o planalto. Houve protesto por parte dos imigrantes, os quais reclamavam seus assentamentos em uma melhor localidade, porém,

¹⁰ Jochem, Toni Vidal. São Pedro de Alcântara - 170 anos depois.

não foram atendidos em suas reivindicações, o que levou um bom número de colonos a fugirem¹¹ para outras regiões.

4.8 Análise do Subdesenvolvimento de São Pedro de Alcântara

Conforme Furtado (1980), o subdesenvolvimento de uma economia se caracteriza pela ausência de reestruturação econômica e organização social e por uma demanda reprimida, que são condições fundamentais para a formação de excedente e a consequente acumulação de capital com o objetivo de investimentos futuros. Em palavras textuais: “O que veio a chamar-se de subdesenvolvimento não é outra coisa se não a manifestação dessa disparidade entre o dinamismo da demanda e o atraso na acumulação produtiva” (1980:89).

Na busca de uma explicação ou identificação dos fatores que geraram o subdesenvolvimento de São Pedro de Alcântara, objetivo maior do presente trabalho, procurou-se fundamentar no que diz Furtado (1977:213): “As estruturas subdesenvolvidas não se desenvolvem: elas são substituídas por outras com aptidão para se desenvolver”. Isso significa que uma economia essencialmente agrícola para se desenvolver necessita substituir seu processo de produção tradicional - arcaico - por novas técnicas, ou seja, assimilar o progresso técnico de formas a aumentar sua produtividade.

Considerando que a maioria da população da comunidade em análise vive de atividades agrícolas, entende-se que a citação acima pode emprestar boa contribuição no esclarecimento das causas do subdesenvolvimento dessa região.

¹¹ O termo “fugiram”, aqui empregado tem sua razão de ser porque consta, tanto em Jochem (1992) como em Philippi (1995), haver próximo a área das instalações dos alemães, uma Colônia Militar, a qual diziam ser seu objetivo o de proteger os colonos, mas acredita-se, também, ter a missão de evitar a fuga dos mesmos.

O que se observa com relação à comunidade em apreço, no período compreendido para a amplitude deste trabalho (de 1970 ao final da década de 90), é que suas estruturas econômicas e sociais não foram modificadas e nem tampouco substituídas, apenas uma grande parte das populações que moravam na zona rural passaram a residir na área urbana, continuando, no entanto, a exercer atividades econômicas na lavoura, com produtividade econômica limitada.

De acordo com Furtado (1980), há duas características fundamentais na identificação de uma economia subdesenvolvida: a primeira, constatar que se trata de uma agricultura de subsistência - em geral quando dois terços ou mais de sua produção é destinada para consumo próprio - e a segunda, quando se verifica a prática da agricultura tradicional. Em palavras do texto: “A agricultura tradicional se caracteriza pelo estado estacionário das técnicas usadas, as quais existem como parte da herança cultural” (Furtado, 1980:97-8).

A situação acima pode ser observada na região de São Pedro de Alcântara. Tanto agricultura de subsistência como agricultura tradicional (este já referido em parte anterior do presente), podem ser consideradas uma característica desse município.

Outras observações de Furtado (1977) com relação à agricultura nos países subdesenvolvidos que coloca em evidência dados significativos que, respeitada a devida proporcionalidade, podem ser aplicados à situação de São Pedro de Alcântara. São elas:

1) A participação da mão-de-obra agrícola na força de trabalho total é quase sempre superior a 40%;

2) A produtividade do fator trabalho na agricultura é baixa relativamente às demais atividades produtivas;

3) A renda média do trabalho agrícola é bem mais baixa que a do trabalho não especializado das atividades não agrícola;

4) O investimento nos fatores humanos tais como educação, saúde, formação profissional, entre outros, realizado em grande parte pela sociedade como um todo, beneficia mais a área urbana.

Transportando essas observações para a situação para a região analisada. Com referência ao item 1 acima, a Tabela 4 mostra que o percentual da população empregada em atividades agrícolas chegou a 91,10% do total; com relação ao item 2, a Tabela 10 indica que em São Pedro de Alcântara essa situação é característica; no item 3, a Tabela 13 retrata muito bem essa situação, onde a renda média do trabalhador rural é de 2,74 salários mínimos, enquanto a do trabalhador urbano é de 5,57 salários mínimos e, referindo-se ao item 4, a comunidade em questão muito se ressentida da falta de investimento nessa área, haja vista que o serviço de saúde da região é muito precário e, quanto a formação profissional, os interessados tem que buscá-lo fora, em São José e/ou Florianópolis.

No que concerne ao excedente agrícola, diferença entre o necessário para a subsistência da população rural e a produtividade média do setor agrícola, nos diz Furtado que este se reparte entre proprietário rural, intermediários financeiros e comerciais e o Estado. E mais, que esse excedente agrícola pode ser na forma *in natura* - destinado a abastecer as populações urbanas e/ou a exportações - e na forma de *moeda* - destinado a financiar o consumo de proprietários rural ou financiar o desenvolvimento de atividades fora da agricultura.

Com respeito ao excedente agrícola, no caso de São Pedro de Alcântara, o que se observa é que esse excedente é financeiro (transformação do excedente *in natura* em *moeda*) é muito pequeno e destinado a financiar o consumo dos proprietários. Não se identifica na região, a formação de um excedente financeiro, extraído do setor agrícola, destinado a um fundo de investimento fora da agricultura

Para Schumpeter (1982), desenvolvimento significa mudanças nas estruturas econômicas, com a introdução nesse de inovações tecnológicas (produzir mais e com melhor qualidade, empregando as mesmas quantidades de fatores), criação de novos produtos e a abertura de novos mercados, entre outros fatores.

Quando as mudanças acima não ocorrem, segundo Schumpeter, a economia entra num fluxo circular, a qual denomina de “economia sem movimento” (para outros analistas, estagnação/subdesenvolvimento), seguindo uma rotina, onde qualquer alteração nesse equilíbrio é ajustado pelo próprio mercado.

Aplicando a referida teoria à realidade de São Pedro de Alcântara, se conclui que a economia desse entrou em um círculo vicioso de subdesenvolvimento, porque não se observa, ao longo do período de amplitude do presente, a ocorrência de nenhum dos requisitos, que na visão schumpeteriana, é fundamental para o desenvolvimento.

Do que foi exposto se conclui que boa parte do subdesenvolvimento do município analisado é explicado pela verificação da realidade mediante teorias dos economistas Celso Furtado e Joseph Alois Schumpeter conforme verificado acima. Em suma são: ausência de reestruturação econômica e reorganização social, agricultura de subsistência, falta de criação de novos produtos e a abertura de novos mercados, e prática da agricultura tradicional, bem como a falta de formação de excedente para acumulação de capital financeiro, visando ao investimento futuro para promover o desenvolvimento da região.

CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo geral estudar a evolução econômica e social do município de São Pedro de Alcântara no período de 1970 ao final da década de 90 e identificar algumas das principais causas que respondem pelo subdesenvolvimento. A conclusão dessa análise aponta que a economia pesquisada ao longo desse período permaneceu estagnada - subdesenvolvida - em consequência de vários fatores; aludir-se-ão nessa conclusão, os considerados de maior relevância.

A economia da comunidade em questão está apoiada basicamente no setor primário - agricultura de subsistência. A localização dessa comunidade em uma região de relevo bastante acidentado, limita consideravelmente a área cultivável, não permitindo a prática da agricultura extensiva (a prática da agricultura intensiva leva ao rápido esgotamento da fertilidade do solo). A ausência de progresso tecnológico no processo produtivo e a incapacidade, observada ao longo do período, de se buscar uma atividade econômica alternativa que se adaptasse a esse tipo de relevo, contribuiu sobremaneira para esse estado estacionário verificado na realidade dessa economia.

Um outro fato importante a ser observado, também relacionado ao fator geográfico, é a proximidade do município de São Pedro de Alcântara com as cidades de Florianópolis e São José. A fuga em massa de renda para esses dois mercados são responsáveis por uma enorme parcela das dificuldades que vão desde a estrutura econômica, aos agravantes sociais enfrentados por aquele.

De acordo com Singer (1976), o crescimento populacional em uma economia

em desenvolvimento constitui-se num fator positivo desse processo. No município de São Pedro de Alcântara, no período de 1970 a 1996 o crescimento da população foi negativo (taxa média anual de crescimento geométrico de -1,42%). Isso significa, que tanto a renda como a força de trabalho na região esteve em declínio durante todo esse tempo, portanto não se verifica evolução na situação econômica.

Por outro lado, verificam-se que economia catarinense, de 1970 a 1997, teve um bom desempenho puxado pelo *setor secundário*, enquanto o *setor primário* apresentou uma acentuada queda. Como a comunidade estudada não se industrializou, acredita-se ter havido a transferência de mão-de-obra desta para os setores *secundário e terciários* de outras regiões.

No que diz respeito a evolução social, somente o indicador de educação apresentou bons resultados. Com uma taxa de alfabetização de 88%, superou a média estadual que foi de 86,3% em 1997 no entanto, apesar desse avanço na alfabetização, ressentem-se no município, a falta de investimentos na formação profissional da população, como por exemplo, a criação de uma escola agrícola que possibilitasse o aprimoramento das técnicas produtivas dos colonos.

Com relação a outros indicadores sociais, como saúde e segurança, esses continuam merecendo uma maior atenção, tanto das autoridades municipais como das estaduais. A estrutura de assistência à saúde local é precária. Quanto à segurança, não existem, no município, delegacia de polícia ou posto policial, militar ou civil.

No que se refere ao potencial econômico do município de São Pedro de Alcântara, o SEBRAE/SC, com o objetivo de elaborar um plano estratégico de desenvolvimento para essa comunidade, realizou em 1998 uma abrangente pesquisa local, e de acordo com o diagnóstico desse órgão, identificou-se como potencial econômico a indústria da cachaça, a agroindústria e o turismo rural e ecológico.

A avaliação deste trabalho a respeito do diagnóstico acima, é a de que, na verdade, seria necessário um estudo aprofundado em relação a potencialidade do município e encontrar atividades produtivas variadas de produtos e técnicas adaptadas as condições do local, pois a análise aponta a necessidade de buscar-se o novo (a inovação) para promover o desenvolvimento de áreas que estagnaram em função das atividades econômicas inadequadas às condições locais.

É parecer, também, que o município deveria incentivar o cultivo nas pequenas propriedades de produtos intensivos em valor (pouco uso de equipamentos e área de cultivo) e que seja uma atividade mais adaptada à região, bem como atrair para esta, a indústria têxtil, por exemplo, e a criação de um comércio local com o objetivo de aumentar a arrecadação tributária e de reverter a fuga de recursos para outros mercados, os quais são de vital importância para o desenvolvimento da região.

O presente trabalho não esgota, nem teve a pretensão de encerrar este assunto; pelo contrário, deram-se aqui os primeiros passos num enorme caminho que é a compreensão sócio-econômica do município de São Pedro de Alcântara que possa, posteriormente, subsidiar o tema sobre as potencialidades econômicas da região.

BIBLIOGRAFIA

- BALDWIN, Robert E. **Desenvolvimento e crescimento econômico**. São Paulo: Pioneira, 1979.
- BELLIA, Vitor. **Introdução à economia do meio ambiente**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1996.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- _____. **Teoria política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nacional, 1977.
- _____. **Pequena introdução ao desenvolvimento: Enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Nacional, 1980.
- HAGEN, Everett E. **Economia do desenvolvimento**. São Paulo: Atlas, 1971 (2v).
- HERING, Maria Luiza Renaux. **Colonização e industrialização no Vale do Itajaí: O modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: FURB, 1987.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de Santa Catarina**. 1970.
- _____. **Censo demográfico de Santa Catarina**. 1980.
- _____. **Censo demográfico de Santa Catarina**. 1991.
- _____. **Contagem da população de Santa Catarina**. 1996.
- _____. **Estimativa da população de São Pedro de Alcântara para: 1997, 1998, 1999 e 2000**.
- JOCHEM, Toni Vidal. **Pouso dos imigrantes**. Florianópolis: Papa-Livro, 1992.
- _____. **São Pedro de Alcântara: 170 anos depois**. São Pedro de Alcântara: 1999.

- JOCHEM, Toni Vidal. **São Pedro de Alcântara 1829 - 1999: Aspectos de sua história.** São Pedro de Alcântara: ELBERT Indústria Gráfica, 1999.
- MATTOS, Jacinto Antônio de. **Colonização do Estado de Santa Catarina: Dados históricos e estatísticos (1640-1916).** Florianópolis: Secretaria Geral dos Negócios do Estado, 1917.
- MONTIBELLER F^o., Gilberto. **Economia ecológica e desenvolvimento sustentável: Textos sócio-econômicos n^o 3.** Florianópolis: UFSC, 1999.
- _____. **O mito do desenvolvimento sustentável.** Florianópolis: UFSC, 1999 (Tese de Doutorado).
- MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA. **O novo mapa do Estado.** Florianópolis: Diário Catarinense, 30 de abril de 1997 - Caderno Especial, p. 280.
- PELUSO JR., Vitor Antônio. **A colonização na área fronteira à Ilha de Santa Catarina: Observações geográficas.** Florianópolis: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 3^a fase, n^o 2, sem. 1980, p. 131-145.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser, **Desenvolvimento e crise no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PHILIPPI, Aderbal João. **São Pedro de Alcântara: A primeira colônia alemã de Santa Catarina.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1995.
- PIAZZA, Walter Fernando. **A colonização de Santa Catarina.** Florianópolis: Lunardelli, 1994.
- _____. **Santa Catarina história da gente.** Florianópolis: Lunardelli, 1987.
- RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação.** São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os economistas).
- SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. **Entre a nação e a barbárie: Os dilemas do capitalismo dependente.** Petrópolis: Vozes, 1999.
- SANDRONI, Paulo. **Novo dicionário de economia.** São Paulo: Best Seller, 1994.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os economistas).

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO AO MERCOSUL. Anuário Estatístico De Santa Catarina - 1996/1997.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento e crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SILVA, Etienne Luiz. **Desenvolvimento econômico periférico e a formação da rede urbana de Santa Catarina**. Porto Alegre: UFRGS, 1978 (Tese de Mestrado).

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1995, 1997.

SOUZA, Thiago de. **São José da Terra Firme ou simplesmente São José**. São José: Canarinho Ltda., 1992.

WILHELM, Michael Ax. **Desenvolvimento sócio-econômico: Comparativo sobre Blumenau e São Pedro de Alcântara (1828-1940)**. Florianópolis: UFSC, 1999 (Monografia).